se vislumbrando a necessidade de propositura de Ação Civil Pública, com o adendo do voto do Exmo. Conselheiro, Dr. **RAIMUNDO DE MENDONÇA RIBEIRO ALVES**, no sentido de recomendar ao 2ª Promotor de Justiça de Santa Isabel que observasse o estrito cumprimento dos compromissos firmados pela administração municipal.

1.5.2 Procedimento Extrajudicial nº 007/2006-MP/PJA (Protocolo 14712/2007). Órgão encaminhador: Promotoria de Justiça de Anajás (Of. Nº 108/2007-MP/PJA). Interessado(s): Prefeitura Municipal de Anajás. Assunto: Apuração de fraude em dispensa licitatória na contratação de mão-de-obra destinada à drenagem do Igarapé-Ferreira no Município de Anajás. O Egrégio Conselho Superior acompanhou o voto do Exmo. Conselheiro Relator e **DECIDIU**, à unanimidade, homologar a promoção do arquivamento, nos termos do art. 9 §1º da Lei 7.347/85 c/c art. 57 da LCE 57/2006, em razão de ter sido firmado Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, que resultou na solução do problema, com a revogação da dispensa de licitação, não se vislumbrando a necessidade de propositura de Ação Civil Pública.

1.5.3 Procedimento Extrajudicial nº 012/2009-MP/3ºPJ/CV/MA (Protocolo 1951/2010). Órgão encaminhador: Promotoria de Justiça Cível de Santarém (Of. Nº 019/2010-MP/3ºPJ/CV/MA). Interessado(s): Moradores do Município de Juruti. Assunto: desalojamento de famílias, principalmente as que residem em área de várzea do município de Santarém, em decorrência das fortes chuvas e probabilidade de contaminação por doenças. O Egrégio Conselho Superior acompanhou o voto do Exmo. Conselheiro Relator e **DECIDIU**, à unanimidade, homologar a promoção do arquivamento, nos termos do art. 9 §1º da Lei 7.347/85 c/c art. 57 da LCE 57/2006, em razão de terem sido adotadas providências para a solução dos fatos motivadores do pedido de providências, não remanescendo elementos fáticos e jurídicos que autorizem a propositura de Ação Civil Pública.

2. Apreciação de Processos de Vitaliciamento de Promotores de Justiça:

2.1. Processo de Vitaliciamento da Promotora de Justiça ANDRESSA ÉRICA ÁVILA PINHEIRO, previsto para o dia 09/07/2010 (Protocolo nº 16543/2010). Conselheiro Relator RAIMUNDO DE MENDONÇA RIBEIRO ALVES. O Egrégio Conselho Superior **DECIDIU**, à unanimidade, referendar a confirmação na carreira da Promotora de Justiça **ANDRESSA ÉRICA ÁVILA PINHEIRO**, nos termos da proposta da Corregedoria-Geral do Ministério Público e do voto do Conselheiro Relator, atribuindo-lhe a garantia constitucional da vitaliciedade, a partir de 09 de julho de 2010, caso não ocorra nenhum fato superveniente que obstaculize o vitaliciamento supra.

2.2 Processo de Vitaliciamento da Promotora de Justiça MARILÚCIA SANTOS SALES, previsto para o dia 19/06/2010 (Protocolo nº 15039/2010). Conselheiro Relator: ESTEVAM ALVES SAMPAIO FILHO. O Egrégio Conselho Superior **DECIDIU**, à unanimidade, referendar a confirmação na carreira da Promotora de Justiça **MARILÚCIA SANTOS SALES**, nos termos da proposta da Corregedoria-Geral do Ministério Público e do voto do Conselheiro Relator, atribuindo-lhe a garantia constitucional da vitaliciedade, se nenhuma circunstância superveniente e prejudicial vier a ocorrer até a data do efetivo vitaliciamento em 19 de junho de 2010.

3. Apreciação do Of. nº 066/2010-MP/CPJ/DC/PP, protocolizado sob o nº 16508/2010, através do qual os Promotores de Justiça de Direitos Constitucionais e do Patrimônio Público, Dr. JOSÉ MARIA COSTA LIMA JÚNIOR, Dr. MARCELO BATISTA GONÇALVES, Dra. MARIA DAS GRAÇAS CORRÊA CUNHA, Dr. FIRMINO ARAÚJO DE MATOS e Dra. SOCORRO DE MARIA PEREIRA GOMES DOS SANTOS, solicitam alterações ao Anexo da Resolução nº 001/2009-MP/CSMP, com vistas a incluir as seguintes peças jurídicas nos róis exemplificativos para efeito de avaliação da produtividade: Manifestação à Contestação (item 2.2.15 do SIAMP) e Conclusão de Inquérito Civil/Procedimento Administrativo com Resolução do Objeto no Grupo I – Maior Complexidade; Despacho Fundamentado e Requisição (item 1.1.13 do SIAMP) no Grupo II – Média Complexidade e Despacho de Mero Expediente (item 1.1.13 do SIAMP) no Grupo II – Menor Complexidade. O Egrégio Conselho Superior **TOMOU CONHECIMENTO** do expediente e **DECIDIU** retirar o item de pauta, para apreciação, quando da revisão da resolução nº 001/2009-MP/CSMP, que dispõe sobre os critérios objetivos e o sistema de pontuação para aferição do merecimento dos

Membros do Ministério Público nos concursos de remoção e promoção, em sessão extraordinária a ser designada oportunamente, para apreciação da matéria.

4. Apreciação do Of. nº 002/10/MP/1ª e 2ª PJM, protocolizado sob o nº 17737/2010, através do qual os Promotores de Justiça Militares, Dr. ALCYR MONTEIRO CECIM e Dr. ARMANDO BRASIL TEIXEIRA, solicitam que seja computada a atuação, para fins de aferição do merecimento, em Mandados de Segurança, Ações Ordinárias, Habeas Corpus e outros, em razão das alterações efetuadas ao art. 125, § 4º, da Constituição Federal pela Emenda Constitucional nº 45/2004. O Egrégio Conselho Superior **TOMOU CONHECIMENTO** do expediente e **DECIDIU** retirar o item de pauta, para apreciação, quando da revisão da resolução nº 001/2009-MP/CSMP, que dispõe sobre os critérios objetivos e o sistema de pontuação para aferição do merecimento dos Membros do Ministério Público nos concursos de remoção e promoção, em sessão extraordinária a ser designada oportunamente, para apreciação da matéria.

5. Apreciação do Of. nº 256/2010-MP/1ª PJ Breves, protocolizado sob o nº 33586/2009, através do qual o Promotor de Justiça de Breves, em exercício, Dr. GERSON DANIEL SILVA DA SILVEIRA, em analogia ao disposto na Instrução nº 04/1991-PGJ, e ao art. 9º, § 1º, da Lei nº 7.347/1985, encaminhou cópia do Procedimento Investigatório Criminal nº 003/2009-MP/1ªPJB, instaurado com o escopo de apurar denúncia em face do Comandante do 9º Batalhão da PM, comunicando que, por se tratar de crime militar encaminhou os autos originais do Procedimento à 1ª Promotoria de Justiça Militar, para os ulteriores de direito. O Egrégio Conselho Superior **TOMOU CONHECIMENTO** do expediente.

6. Apreciação do Of. nº 125/2010-MP/PJ Breves, protocolizado sob o nº 9508/2010, através do qual o Promotor de Justiça de Breves, em exercício, Dr. GERSON DANIEL SILVA DA SILVEIRA comunicou o encerramento do Procedimento Administrativo Investigatório Criminal nº 002/2009-MP/1ªPJB e informou que foram colhidas informações suficientes para o oferecimento de denúncia. O Egrégio Conselho Superior **TOMOU CONHECIMENTO** do expediente.

7. Apreciação do Of. nº 088/2010-MP/2ªPJB, protocolizado sob o nº 16640/2009, através do qual o Promotor de Justiça de Benevides, Dr. BEZALIEL CASTRO ALVARENGA, encaminhou, para fins de conhecimento do Conselho Superior, relatório final em que determinou o arquivamento do Procedimento Administrativo nº 078/2008-MP/PJB, instaurado visando apurar ato de improbidade administrativa que teria sido praticada pelo Prefeito de Benevides, em razão de não haver vislumbrado indícios de cometimento de atos desta natureza. O Egrégio Conselho Superior **TOMOU CONHECIMENTO** do expediente.

8. Apreciação do Of. nº 546/2010-MP/5ªPJ/DC/PP, protocolizado sob o nº 17480/2010, através do qual o 5º Promotor de Justiça de Direitos Constitucionais e do Patrimônio Público, em exercício, Dr. JOSÉ MARIA COSTA LIMA JUNIOR encaminhou, para conhecimento, cópias das Recomendações Administrativas de nºs 002 e 003/2010-MP/5ªPJ/DC/PP, de 12/05/2010 e 14/05/2010, que expediu ao Secretário Municipal de Saúde de Belém e à Secretária de Estado de Saúde do Pará, no sentido de que determinassem o acompanhamento adequado de pacientes de tuberculose multirresistente, e que encaminhassem, mensalmente, relatório circunstanciado acerca desse atendimento. O Egrégio Conselho Superior **TOMOU CONHECIMENTO** do expediente.

9. Apreciação do Of. nº 095/2010-MP/2ªPJB, protocolizado sob o nº 8185/2010, através do qual o 4º Promotor de Justiça de Direitos Constitucionais e do Patrimônio Público, Dr. ALEXANDRE BATISTA DOS SANTOS COUTO NETO, comunicou a prorrogação do prazo de conclusão do Inquérito Civil nº 033/2009-MP/PJ/DC/PP, nos termos do art. 9º da Resolução nº 23 do CNMP. O Egrégio Conselho Superior **TOMOU CONHECIMENTO** do expediente.

10. Apreciação do Of. nº 117/2010-MP/2ªPJB, protocolizado sob o nº 8380/2010, através do qual o 4º Promotor de Justiça de Direitos Constitucionais e do Patrimônio Público, Dr. ALEXANDRE BATISTA DOS SANTOS COUTO NETO, comunicou a prorrogação do prazo de conclusão do Inquérito Civil nº 008/2009-MP/PJ/DC/PP, nos termos do art. 9º da Resolução

nº 23 do CNMP. O Egrégio Conselho Superior **TOMOU CONHECIMENTO** do expediente.

11. Apreciação do Of. nº 234/2010-MP/2ªPJB, protocolizado sob o nº 12257/2010, através do qual o 4º Promotor de Justiça de Direitos Constitucionais e do Patrimônio Público, Dr. ALEXANDRE BATISTA DOS SANTOS COUTO NETO, comunicou a prorrogação do prazo de conclusão do Inquérito Civil nº 159/2007-MP/PJ/DC/PP, nos termos do art. 9º da Resolução nº 23 do CNMP. O Egrégio Conselho Superior **TOMOU CONHECIMENTO** do expediente.

12. Apreciação do Of. nº 237/2010-MP/2ªPJB, protocolizado sob o nº 12541/2010, através do qual o 4º Promotor de Justiça de Direitos Constitucionais e do Patrimônio Público, Dr. ALEXANDRE BATISTA DOS SANTOS COUTO NETO, comunicou a prorrogação do prazo de conclusão do Inquérito Civil nº 099/2008-MP/PJ/DC/PP, nos termos do art. 9º da Resolução nº 23 do CNMP. O Egrégio Conselho Superior **TOMOU CONHECIMENTO** do expediente.

13. Apreciação do Of. nº 241/2010-MP/2ªPJB, protocolizado sob o nº 12542/2010, através do qual o 4º Promotor de Justiça de Direitos Constitucionais e do Patrimônio Público, Dr. ALEXANDRE BATISTA DOS SANTOS COUTO NETO, comunicou a prorrogação do prazo de conclusão do Inquérito Civil nº 029/2007-MP/PJ/DC/PP, nos termos do art. 9º da Resolução nº 23 do CNMP. O Egrégio Conselho Superior **TOMOU CONHECIMENTO** do expediente.

14. Apreciação do Of. nº 063/2010-MP/2ªPJCív protocolizado sob o nº 16135/2010, através do qual a 2ª Promotora de Justiça Cível de Marabá, Dra. ALINE TAVARES MOREIRA, comunicou a prorrogação do prazo de conclusão do Inquérito Civil nº 001/2009-MP/2ªPJCível, nos termos do art. 9º da Resolução nº 23 do CNMP. O Egrégio Conselho Superior **TOMOU CONHECIMENTO** do expediente.

15. Apreciação do Of. nº 44/2010-MP/PJS, protocolizado sob o nº 17322/2010, por meio do qual a Promotora de Justiça Substituta de Soure, Dra. RENATA FONSECA DE CAMPOS, remeteu o despacho no qual determinou o arquivamento do Auto de Infração nº 240329, referente à infração ambiental, para a homologação do Conselho Superior do Ministério Público. O Egrégio Conselho Superior do Ministério Público **DECIDIU**, à unanimidade, restituir os autos ao Promotor de Justiça de Soure, tendo em vista não ser atribuição deste Órgão, homologar promoção de arquivamento em matéria de natureza criminal, devendo o arquivamento ser submetido ao Juiz Competente, nos termos do art. 28 do Código de Processo Penal c/c o art. 15, parágrafo único da Resolução nº 13 do Conselho Nacional do Ministério Público e Súmula nº 02/98 do Conselho Superior do Ministério Público.

16. O que Ocorrer.

16.1 O Exmo. Sr. Presidente, Dr. **ANTÔNIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA**, colocou em discussão a possibilidade do Egrégio Conselho Superior elaborar minuta de proposta de Resolução, estabelecendo normas gerais de aferição do merecimento para todos os Ministérios Públicos do país, a ser submetida ao Conselho Nacional do Ministério Público, haja vista a necessidade de uniformizar a aferição do merecimento, igualmente como ocorre no âmbito da Magistratura, através da Resolução nº 106/2010 do Conselho Nacional de Justiça. Belém, 2 de junho de 2010.

RAIMUNDO DE MENDONÇA RIBEIRO ALVES

Procurador de Justiça

Secretário do Conselho Superior

**SUPRIMENTO DE FUNDO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 113130
PORTARIA: 2173/2010**

Prazo para Aplicação (em dias): 60

Prazo para Prestação de Contas (em dias): 10

Servidor: LUCINEIDE DO AMARAL CABRAL

Cargo: PROMOTOR DE JUSTIÇA

Matrícula Funcional: 999399

Recurso(s):

Programa de Trabalho	Fonte do Recurso	Natureza da Despesa	Valor
03092123745090000	0101000000	339030	440.00
03092123745090000	0101000000	339036	560.00

Observação: O SUPRIDO DEVERÁ UTILIZAR O RECURSO NO PRAZO DE 60 DIAS, A CONTAR DA DATA DO RECEBIMENTO DO VALOR, DE ACORDO COM O INCISO VIII, DA PORTARIA Nº 1154/2006-PGJ, E A PRESTAÇÃO DE CONTAS DEVERÁ SER APRESENTADA EM 10 DIAS, SUBSEQUENTES, APÓS O TÉRMINO DO PERÍODO DE APLICAÇÃO, NOS TERMOS DO INCISO IX. Ordenador: ALMERINDO JOSÉ CARDOSO LEITÃO